



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

CONCURSO PÚBLICO

2.ª Etapa

CURSO DE FORMAÇÃO

2.ª Prova

Cargo:

POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 **Verifique se este caderno de prova contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas.** Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Feliz o homem que deixa um bom nome.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA (datas prováveis)

- I **8/6/2009**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **9 e 10/6/2009** – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Os itens desta prova devem ser julgados exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação, deixando de parte quaisquer divergências entre estas e outras fontes. Nesse sentido, considere que as siglas subsequentes, sempre que utilizadas na prova, deverão ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CNH = carteira nacional de habilitação; CONTRAN = Conselho Nacional de Trânsito; DF = Distrito Federal; DPRF = Departamento de Polícia Rodoviária Federal; PRF = Polícia Rodoviária Federal ou policial rodoviário federal, conforme o contexto.

PROVA OBJETIVA

Quanto aos instrumentos nacionais e internacionais de proteção aos direitos humanos, julgue os seguintes itens.

- 1 O sistema internacional de proteção dos direitos humanos é composto pelo sistema normativo global, que dispõe de instrumentos de alcance geral e especial, e pelo sistema paralelo, que é liderado pelo G-20, no qual o Brasil desempenha um papel geopolítico e estratégico de suma importância.
- 2 A Declaração Universal dos Direitos Humanos introduziu a chamada concepção contemporânea dos direitos humanos, reconhecendo a universalidade, indivisibilidade e interdependência desses direitos, prevendo tanto os direitos civis e políticos quanto os econômicos, sociais e culturais.

Quanto à cidadania no âmbito policial, julgue os seguintes itens.

- 3 O policial é, antes de tudo, um cidadão, e na cidadania deve nutrir sua razão de ser; é um cidadão qualificado que emblematiza o Estado em seu contato mais imediato com a população, sendo ele a autoridade mais comumente encontrada. Dessa forma, deve o policial conscientizar-se de que seu impacto sobre a vida dos indivíduos e sobre a comunidade é sempre extremado e simbolicamente referencial para o bem ou para o mal-estar da sociedade.
- 4 Há uma dimensão pedagógica no agir policial que, como em outras profissões de suporte público, antecede as próprias especificidades de sua especialidade. O reconhecimento dessa dimensão pedagógica é, seguramente, o caminho para a reconquista da abalada autoestima policial. É fundamental que o cidadão policial sintam-se motivado e orgulhoso de sua profissão, caso contrário, a função policial, esvaziada de significado existencial, transformará o homem e a mulher que a exercem em meros cumpridores de ordens.
- 5 A dimensão pedagógica do agir policial é, também, uma dimensão estratégica da política de segurança pública brasileira, que se submete aos ditames de um Estado constitucional e democrático de direito, o que obriga a polícia a exercer sua função técnica de intervir preventivamente no cotidiano, mas a exime de agir repressivamente nos momentos de crise.
- 6 Profissões de grande magnitude social, que agregam heróis, também atraem a escória. Psicopatas têm preferência pelas profissões de poder, como a polícia. Esta encanta os psicopatas, sempre em busca do exercício livre de seu poder sobre outrem. Por isso, os processos de seleção de policiais devem tornar-se cada vez mais rígidos no bloqueio à entrada desse tipo de gente, impondo-se ao candidato a prática do cristianismo, única religião compatível com o exercício digno da função policial.

Quanto aos direitos humanos dos policiais, julgue o seguinte item.

- 7 Embora a hierarquia seja fundamental para o bom funcionamento da polícia, a verdadeira hierarquia só pode ser exercida com base na lei e na lógica, longe, portanto, do personalismo e do autoritarismo doentios. O respeito aos superiores não pode ser imposto na base da humilhação e do medo. No entanto, o extremo oposto, qual seja, a debilidade hierárquica, é também um mal, pois pode passar uma imagem de descaso e de desordem no serviço público.

Com relação ao uso das algemas, julgue o item abaixo.

- 8 Os procedimentos a serem adotados pelos policiais no uso das algemas têm ganhado relevância na imprensa, porém o atual Código de Processo Penal não trata diretamente desse tema e, na falta de um dispositivo específico, os princípios jurídicos é que norteiam o seu uso. Já que zelar pela ordem pública é, acima de tudo, dar exemplo de conduta fortemente baseada em princípios, cabe ao policial utilizar as algemas de acordo com o princípio da supremacia da lei e da ordem em detrimento dos direitos e garantias individuais e da dignidade da pessoa humana.

Quanto aos grupos vulneráveis, julgue os seguintes itens.

- 9 O Brasil, por força constitucional e dos tratados internacionais, encontra-se comprometido com o combate a todas as formas de discriminação, posto que todos são iguais perante a lei. O policial deve estar ciente de que o ordenamento jurídico brasileiro prevê a punição dos crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência regional.
- 10 A Constituição Federal de 1988 sustenta que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo a sua dignidade e o bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida. Em resposta ao clamor social, o mecanismo efetivo que impede e se necessário reprime (com a criminalização dos atos) a discriminação, a exploração e o esbulho da pessoa idosa é o Estatuto do Idoso.

Julgue os itens de **11 a 20**, relativos a acidentes e ao levantamento de local de acidente.

- 11** Acidente de trânsito é todo acontecimento de que resultem danos pessoais e(ou) materiais, para cuja ocorrência tenha contribuído um ou mais veículos em circulação na via pública, podendo envolver uma ou mais unidades de tráfego (veículos automotores, de tração animal, de tração ou propulsão humana, pedestres, animais de porte arrebanhados ou montados).
- 12** No caso de acidente de trânsito sem vítima, ocorrido em rodovia federal, são atribuições da PRF o levantamento de local e o registro da ocorrência, além de outros procedimentos estabelecidos em lei, com exceção do exame pericial, que, obrigatoriamente, deverá ser realizado por um perito oficial, portador de diploma de nível superior e investido na função por força de lei.
- 13** Se, em um grave acidente de trânsito ocorrido em rodovia federal, o policial responsável pelo levantamento do local, antes do exame pericial, remover os veículos envolvidos no acidente do leito da via, visto que impossibilitavam o tráfego local e expunham a risco os demais usuários, e a própria equipe policial, tal procedimento será considerado correto, uma vez que, nos casos em que haja a necessidade de liberação do tráfego e visando à segurança e à fluidez do trânsito, a lei exclui a obrigatoriedade de preservação do local.
- 14** Considerando que dois veículos (V1 e V2) tenham colidido em uma rodovia federal, sendo que um dos ocupantes do veículo V1 foi projetado pelo vidro e, em razão dos ferimentos experimentados, faleceu no leito da via; que o veículo V2 saiu da pista e caiu em um despenhadeiro e que o local foi preservado, o procedimento de amarração e medição deverá obedecer ao seguinte protocolo: escolha de dois objetos fixos distintos, preferencialmente do projeto da via; a partir de tais pontos, realizar a medição do veículo V1, escolhendo-se o local do carro a ser medido estendendo-se a medição ao corpo em repouso na via; medição dos pontos fixos até o local do despenhadeiro em que o veículo V2 teve repouso final, que é o provável ponto de impacto.
- 15** Ao chegar a um local de acidente de trânsito, o PRF deve, de imediato, providenciar o socorro às vítimas, se houver, e a adequada sinalização do local, lançando mão de todos os dispositivos de sinalização disponíveis, a exemplo de cones, placas, triângulos, refletos etc., podendo, ainda, em caso de ausência ou insuficiência desses dispositivos, utilizar-se de galhos, matos, latas de óleo com estopa ou outros métodos de sinalização alternativos.
- 16** A elaboração do boletim de acidente de trânsito é obrigatória diante de toda e qualquer notícia de acidente de trânsito, mesmo quando o fato tenha ocorrido em data pretérita, o local estiver desfeito e não existirem vestígios do acidente, visto tratar-se de relatório a ser empregado na coleta de dados estatísticos de acidentes de trânsito rodoviário, a ser inserido no sistema BR-BRASIL.

- 17** Uma equipe da PRF, acionada, via rádio, para o atendimento a um acidente envolvendo veículos transportando produtos perigosos, deve, na medida do possível, coletar as seguintes informações, entre outras: local exato da ocorrência, forma de acesso ao local, produtos envolvidos, porte do vazamento, órgãos já acionados ou presentes no local, existência de vítimas, ocorrência de incêndios ou explosões e características da região.
- 18** No atendimento de um acidente sem vítima, um PRF deve obedecer a seguinte sequência: sinalização e proteção do local; controle e orientação do tráfego, amarração, limpeza de pista, remoção dos veículos e liberação do local e dos veículos para os proprietários.
- 19** Quanto ao tipo, os acidentes de trânsito se classificam em colisão, tombamento, capotamento, atropelamento, engavetamento, saída de pista e todos os outros que não se enquadram nessas especificações, a exemplo de soterramento por quedas de barreiras, explosão, queda de ciclista ou ocupante de veículo.
- 20** Nas zonas de trabalho em locais de acidentes automobilísticos complexos e com derramamento de produtos perigosos, a zona amarela corresponde à área de trabalho que oferece nível mínimo de perigo.

Julgue os itens de **21 a 30**, relativos à disciplina Policiamento e Fiscalização.

- 21** No âmbito do DPRF, o trabalho operacional consiste, basicamente, nas atividades ostensivas de policiamento e fiscalização, compreendidas, respectivamente, em ações voltadas para o combate à criminalidade e ações voltadas para o trânsito.
- 22** No contexto dos procedimentos operacionais do DPRF, a ação fiscalizadora exercida pelos policiais nos postos de apoio, barreiras e pontos estratégicos de estacionamento de viaturas, denominada de fiscalização estática, tem por finalidade precípua detectar e autuar infratores e antecipar as infrações de trânsito.
- 23** Considerando que uma equipe do DPRF, em serviço de ronda em rodovia federal, tenha observado um veículo trafegando em alta velocidade, desrespeitando o limite máximo da via e oferecendo risco potencial aos demais usuários, nessa situação, de acordo com as normas de segurança pertinentes, a equipe deve realizar o acompanhamento e a abordagem do veículo infrator, imprimindo maior velocidade à viatura policial, de modo a interceptá-lo, de imediato, fazendo cessar o perigo.
- 24** Conforme os procedimentos operacionais de sinalização, em todo e qualquer deslocamento devem ser acionadas a iluminação intermitente e a luz estroboscópica branca da viatura policial, de modo a proporcionar maior visibilidade aos demais usuários da via.

- 25** Um PRF em serviço rotineiro de fiscalização possui autonomia para decidir que veículos fiscalizar, recomendando-se, no entanto, prévia triagem visual, em que normalmente são escolhidos veículos com infração de trânsito visível, em mau estado de conservação ou avariados, ou, ainda, de acordo com o comando específico.
- 26** Considere a seguinte situação hipotética.
No decorrer de uma abordagem realizada em uma barreira de fiscalização, um PRF suspeitou da autenticidade dos documentos apresentados pelo condutor do veículo abordado, mais especificamente de sua CNH em modelo novo, n.º 42375646-7, e do CPF sob o número 314.728.301-80, cuja expedição constava ser do DF. Nessa situação, para certificar-se da autenticidade dos documentos, o PRF deve calcular o dígito verificador a partir da CNH nova e verificar o local de expedição do CPF, por meio da sua numeração. Os dados fornecidos confirmam que o dígito verificador da CNH nova está correto (7) e que o número do CPF é compatível com expedição do DF.
- 27** O PRF que, em dia de folga, ao transitar em uma rodovia federal, presenciar uma infração de trânsito e perseguir em seu carro particular o veículo infrator, sem conseguir abordá-lo, tendo anotado os dados referentes ao veículo, deverá lavrar o auto de infração especificando o tipo de autuação sem abordagem.
- 28** O PRF que, após lavrar um auto de infração, constatar um erro no preenchimento dos dados do condutor, no ato de fiscalização, poderá inutilizar o formulário, consignando o erro no campo destinado às observações, preenchendo o auto de infração com numeração imediatamente posterior.
- 29** Para a instalação de um radar visando determinar as velocidades desenvolvidas pelos veículos em uma rodovia, o PRF deve ter em conta o local mais favorável para a fiscalização, sendo indicados pontos de operação em subidas, terrenos planos e vias que possuam acostamento.
- 30** Suponha que um indivíduo tenha sido abordado em uma operação de fiscalização, aparentemente embriagado, conduzindo um veículo automotor. Realizado um único teste do bafômetro, constatou-se concentração de álcool por litro de sangue superior a seis decigramas. Nessa situação, o PRF responsável pelo procedimento deve, de pronto, lavrar os respectivos autos de infração e apresentar o condutor embriagado à polícia judiciária.
- Acerca dos aspectos legais dos procedimentos policiais, julgue os itens de **31** a **40**.
- 31** Considere que um cidadão imputável tenha praticado roubo a um estabelecimento bancário, tendo sido apontado pela polícia, trinta dias após o delito, como o seu principal suspeito. Intimado para prestar esclarecimentos na delegacia de polícia, foi submetido a tortura, o que resultou em sua confissão acerca do delito. Além da confissão obtida nas circunstâncias descritas, a polícia colheu depoimentos de testemunhas que presenciaram os fatos e reconheceram o cidadão como autor, bem como recolheu suas digitais no cofre do banco, que, submetidas a exame pericial, indicaram o cidadão como o autor do arrombamento que resultou na subtração de expressiva quantia e valores. Nessa situação, uma vez demonstrada a ilicitude da confissão, todas as demais provas colhidas são igualmente ilícitas.
- 32** Se uma equipe da PRF, em serviço de fiscalização de trânsito em rodovia federal, abordar um caminhão oriundo da fronteira com o Paraguai, transportando grande quantidade de mercadorias estrangeiras de importação proibida, os PRFs deverão, entre outras providências, reter a mercadoria e o veículo, efetuar a prisão do autor do delito e lavrar no local o auto de prisão em flagrante relativo ao inquérito policial.
- 33** Considere que, durante atividade de fiscalização de rotina, uma equipe da PRF tenha abordado um veículo conduzido por um guarda municipal de um município de sessenta mil habitantes. No decorrer da abordagem, constatou-se que o guarda municipal, de folga, portava consigo um revólver calibre 38, municiado, devidamente registrado em seu nome, todavia, sem o respectivo porte. Nessa situação, é direito do guarda municipal circular livremente com a arma de sua propriedade, visto que a sua condição funcional lhe garante o porte em todo o território nacional.
- 34** Caso um adolescente de 16 anos de idade seja flagrado em rodovia federal conduzindo veículo automotor, sendo, por consequência, apresentado a um posto da PRF da localidade onde ocorreu o fato, caberá ao PRF responsável pelo atendimento da ocorrência, entre outras providências, apresentar o adolescente à autoridade policial competente, que lavrará boletim de ocorrência circunstanciada, liberando o adolescente, em seguida, a qualquer dos pais ou responsável.
- 35** Caso um PRF, ao realizar procedimento de fiscalização, apreenda a carga de um caminhão constituída de produtos de importação proibida e, antes da formalização do auto de apreensão, se aproprie de parte da carga, revendendo-a a terceiros e auferindo proveito econômico, tal conduta do servidor se amoldará à figura do peculato-apropriação, sujeitando-o às sanções penais correspondentes ao delito, bem como à sanção administrativa de suspensão, após concluídos os processos criminal e administrativo disciplinar.
- 36** A busca pessoal independe de ordem judicial, podendo ser realizada no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a diligência for determinada no curso da busca domiciliar.
- 37** O preceito constitucional que trata da atuação administrativa, sujeitando-a aos mandamentos da lei e atrelando-a à expressa previsão legal, de modo que ao administrador é dado fazer somente o que for permitido em lei, traduz o princípio da legalidade.
- 38** Constituem pressupostos de validade do ato administrativo a competência, a finalidade, a forma, o motivo e o conteúdo.

- 39** Se determinada autoridade pública editar uma portaria normatizando regras de procedimentos policiais, que, posteriormente analisadas, sejam consideradas ultrapassadas, tal autoridade administrativa, por motivos de conveniência ou oportunidade, poderá revogar o ato, gerando a revogação efeitos *ex nunc*.
- 40** Se um PRF em serviço, na condução de uma viatura da PRF, por imprudência, der causa a um acidente de trânsito, que resulte em sérios danos a um veículo particular, o Estado poderá ser acionado pelo prejuízo que efetivamente tiver causado ao particular, não cabendo qualquer ação em relação ao policial, uma vez que o acidente se dará a título de culpa e não dolo do servidor.

Julgue os itens de **41** a **50**, relativos à telemática.

- 41** O sistema Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública (INFOSEG) é um sistema corporativo do DPRF de uso exclusivo desse departamento e com acesso válido mediante autenticação do usuário.
- 42** Quando um cidadão noticiar em um posto do DPRF que acabou de ser vítima de um roubo e que seu veículo foi subtraído por dois indivíduos que seguiram pela rodovia em direção à capital do estado, o PRF que tomar conhecimento do delito, após as providências preliminares de praxe, deverá repassar as informações referentes ao fato por intermédio do sistema ALERTA, orientando a vítima a também proceder ao registro da ocorrência na polícia judiciária.
- 43** Se um PRF processar um auto de infração no Sistema de Multas (SISCOM), digitando no campo referente ao número da placa os seguintes dados: AB-345, o sistema não aceitará a inclusão, pois somente são aceitáveis como corretos valores constituídos de duas ou três letras seguidas de quatro dígitos.
- 44** Para o preenchimento e digitação, no sistema corporativo, de um auto de infração lavrado após uma abordagem policial, no campo referente ao documento de habilitação do veículo, deve-se selecionar Renach quando a CNH apresentar identificação fotográfica ou a opção PGU quando for apresentada a CNH sem foto.
- 45** Considere que um cidadão conduzindo um veículo em rodovia federal tenha sido abordado em um posto do DPRF e solicitado a apresentar a documentação pessoal e do veículo. No decorrer da abordagem, o cidadão informou que portava consigo um revólver municiado, de calibre permitido, tendo apresentado os respectivos registro e porte do armamento. Nessa situação, visando verificar a documentação referente à arma, o PRF poderá acessar o INFOSEG, escolhendo a opção armas no módulo SINARM/DPF.
- 46** O usuário do DPRF com acesso ao sistema SERPRO terá como base de consulta as seguintes informações: Cadastro Nacional de Pessoa Física, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Cadastro Nacional de Eleitores, Registro Nacional de Condutores Habilitados e Registro Nacional de Veículos Automotores.

- 47** Considere a seguinte situação hipotética.
Um cidadão compareceu a um posto do DPRF e comunicou um acidente havido em rodovia federal. Diante da notícia, o PRF deu início à comunicação de acidente no sistema BR-BRASIL. Todavia, ao verificar o local do fato, constatou que o trecho indicado não era atendido pela circunscrição de sua unidade de lotação.
Nessas circunstâncias, o sistema não aceitará o registro, devendo o comunicante ser orientado a comparecer ao posto do DPRF com circunscrição para o trecho do sinistro.
- 48** Considere que um PRF, em deslocamento por rodovia sob sua circunscrição, tenha suspeitado de um veículo que trafegava no mesmo trecho, desenvolvendo velocidade incompatível com a via e realizando manobras bruscas e desnecessárias. Considerando que a viatura utilizada pelo PRF tem disponível a ferramenta Assistente Digital Avançado (EDA), a consulta do veículo e dos dados de seu condutor, acaso abordado, poderá ser realizada da própria viatura policial, sem necessidade de comunicação com o posto ou delegacia.
- 49** Caso um PRF necessite transmitir verbalmente, via rádio, as placas JGO-0123 e TFK-5884, utilizando o alfabeto fonético internacional, as informações deverão ser transmitidas, respectivamente, com o seguinte teor: Juliet, Golf, Oscar, Negativo, Primeiro, Segundo, Terceiro e Tango, Fox, Kilo, Quinto, Oitavo dobrado, Quarto.
- 50** Considerando que um PRF, visando verificar a qualidade de transmissão e recepção da estação fixa de seu posto de serviço, tenha feito contato, via rádio, com uma estação móvel, solicitando o QSA e o QRK dos sinais transmitidos e, como resposta, obtido os valores cinco barra dois (5/2), isso significará, respectivamente, sinal audível com perfeição e intensidade fraca.

Acerca de assuntos relativos ao combate ao narcotráfico, julgue os itens a seguir.

- 51** O crime organizado apresenta como características, entre outras, o código de honra, a estabilidade, a compartimentação, o controle territorial e o planejamento empresarial.
- 52** A cocaína é uma droga semissintética, com efeito depressor.
- 53** O governo brasileiro firmou uma série de acordos bilaterais para unificar as ações policiais dos países do Cone Sul e tentar evitar a institucionalização da criminalidade na área de influência do MERCOSUL.
- 54** No Brasil, a produção de maconha é predominante na região Sul; na América do Sul, o Paraguai é considerado o maior produtor e exportador de maconha para países vizinhos. Em relação à folha de coca, a Colômbia é considerada a maior produtora.
- 55** São considerados elementos essenciais para a prisão em flagrante: o condutor, a substância ilícita, as testemunhas e o infrator.

A respeito do combate ao roubo, ao furto e à adulteração de veículos, julgue os itens que se seguem.

- 56** Segundo resolução do CONTRAN, os veículos de duas ou três rodas e os reboques e semirreboques devem ter três marcações do número de identificação do veículo (NIV).
- 57** O NIV é composto de 17 caracteres, divididos em três seções para os veículos nacionais e importados.
- 58** O certificado de registro de veículo deve possuir fibras coloridas que reagem à incidência de luz ultravioleta, bem como tarja em talho doce na cor azul.
- 59** Entre os diversos tipos de adulteração veicular, há o enxerto, que é a colocação de uma peça com gravação original de um NIV, sobre outra que se queira adulterar, sem a substituição da antiga.
- 60** A CNH pode ser plastificada e deve conter diversos elementos de segurança, entre eles, a fluorescência do papel, que deve ser branco.

Com relação à fiscalização de peso, julgue os itens subsequentes.

- 61** A altura máxima autorizada para veículos, com ou sem carga, segundo resolução do CONTRAN, é de 2,60 metros.
- 62** O DPRF não é competente para exercer, isoladamente, a fiscalização por excesso de peso nas rodovias federais.
- 63** No caso de fiscalização de peso por nota fiscal, será aplicada a tolerância de 5% sobre o peso declarado na nota fiscal.
- 64** Aos proprietários e condutores serão impostas penalidades, concomitantemente, sempre que houver responsabilidade solidária, respondendo cada um por si pela falta em comum, em caso de descumprimento de obrigação expressa no Código de Trânsito Brasileiro.
- 65** Peso bruto total é o peso máximo transmitido ao pavimento pela combinação de um caminhão trator mais o semirreboque ou do caminhão mais o seu reboque ou reboques.

Com base na fiscalização ambiental, julgue os itens de **66 a 70**.

- 66** O meio ambiente físico é constituído pelo solo, pela água, pelo ar atmosférico e pela flora, ou seja, pela interação dos seres vivos e seu meio.
- 67** Pessoas físicas e jurídicas estão sujeitas a sanções civis e administrativas. Já as sanções penais aplicam-se apenas às pessoas físicas.
- 68** Todos os crimes ambientais são da competência da justiça federal.

69 As unidades de conservação podem ser criadas pelos poderes públicos das três esferas da federação.

70 Para que um pescador artesanal e amador utilize, na atividade de pescaria, linha de mão, ele deve ter licença de pesca.

No que se refere à fiscalização de serviço de transporte, julgue os itens seguintes.

- 71** Permissão é a delegação ocasional, por prazo limitado ou viagem certa, para prestação de serviços de transporte em caráter emergencial ou especial.
- 72** Para se efetivar um transbordo determinado por lei, o agente da fiscalização deve notificar o preposto da empresa, com o preenchimento do termo de notificação ou renúncia, no prazo de duas horas, para dar prosseguimento à viagem dos passageiros.
- 73** Constitui infração ao serviço de transporte rodoviário de passageiros sob a modalidade interestadual e internacional transportar passageiros em número superior à lotação autorizada, ainda que em caso de socorro.
- 74** No transporte rodoviário de cargas, são considerados documentos de identificação o certificado de registro nacional do transportador rodoviário de carga, a nota fiscal e o adesivo.
- 75** Em caso de lavratura de auto de infração (AI), o agente fiscalizador responsável deverá preencher o AI com seu número de matrícula.

Em relação à fiscalização de produtos perigosos, julgue os itens subsequentes.

- 76** A nota fiscal de produtos perigosos transportados deve conter a declaração do expedidor de que a carga suporta os riscos de carregamento, transporte, transbordo e descarregamento.
- 77** A ficha de emergência deve conter as informações com os principais riscos dos produtos transportados, podendo ser utilizada apenas uma ficha para todos os produtos transportados.
- 78** Produtos perigosos podem ser transportados no mesmo compartimento de medicamentos para uso animal, desde que estes estejam identificados.
- 79** Os veículos que transportam produtos perigosos só poderão estacionar para descanso do condutor em áreas previamente determinadas pelas autoridades competentes.
- 80** Todo equipamento de proteção individual utilizado pelo pessoal envolvido nas operações de transporte de veículo com produtos perigosos deve apresentar em caracteres indelévelis o nome comercial do fabricante do equipamento.